



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2022.0000379841

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2076578-04.2022.8.26.0000, da Comarca de Capivari, em que é paciente RENATO TIZZIANI CAMACHO ARAKAKI e Impetrante MARIA LUIZA BORTOLOTO MORATA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Concederam em parte a ordem. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores WALTER DA SILVA (Presidente) E HERMANN HERSCHANDER.

São Paulo, 19 de maio de 2022.

LAERTE MARRONE

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 18.841

Impetrante: Maria Luiza Bortoloto Morata

Paciente: Renato Tizziani Camacho

Impetrado: MM. Juízo de Direito da 1ª Vara da
Comarca de Capivari – SP

**“Habeas corpus” visando desconstituir a prisão preventiva.
Circunstâncias do caso que ensejam a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.
Ordem parcialmente concedida.**

1. Trata-se de “habeas corpus”, com pedido de liminar, impetrado pela advogada Maria Luiza Bortoloto Morata em favor de Renato Tizziani Camacho. Alega, em suma, que o paciente, preso preventivamente pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, sofre de constrangimento pelas razões seguintes: a) ausência dos requisitos legais para a prisão preventiva; b) ser imprescindível aos cuidados de pessoa com deficiência. Busca a desconstituição da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a concessão da prisão domiciliar.

O pedido de liminar foi parcialmente deferido
(fls. 75/78).

A autoridade impetrada prestou informações
(fls. 82/84).

Manifestou-se a d. Procuradoria de Justiça pela
parcial concessão da ordem (fls. 88/91).

É o relatório.

2. Consistente, em parte, a impetração.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

3. Quando do parcial deferimento do pedido de liminar, consignei que:

“(…)

2. *Consistente em parte o pedido de liminar.*

Não é o o caso, pelo menos desde logo, de se restabelecer a liberdade provisória, ainda que com imposição de medidas cautelares.

Aparentemente, o paciente está sendo processado pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, envolvendo aproximadamente 48,4 gramas de maconha e 9,1 gramas de cocaína (fls. 36/37 do HC e 14/17 dos autos do processo de conhecimento).

No julgamento do HC nº 2187351-87.2020.8.26.0000, em 21/08/2020, esta Câmara concedeu a ordem, para “ratificar a substituição da fiança arbitrada por medidas cautelares diversas, consistentes em comparecimento mensal em Juízo, para informar e justificar atividades, proibição de acesso ou frequência a determinados lugares, sobretudo bares, boates e demais locais onde são comercializadas bebidas alcoólica e proibição de ausentar-se da comarca, além do recolhimento domiciliar noturno, com fulcro no artigo 319, incisos I, II, IV e V, do Código de Processo Penal, anteriormente deferida ao paciente RENATO TIZZIANICAMACHO ARAKAKI, conforme a decisão liminar concessiva.” (fls. 54/58 dos autos do HC nº 2187351-87.2020.8.26.0000).

E, aparentemente, o paciente foi preso em flagrante em 30/05/2021, por participar de aglomeração em via pública, fazendo uso de bebida alcoólica, durante o período noturno, ocasião em que teria, ainda, arremessado garrafas de vidro contra a guarnição policial e oferecido resistência à prisão (fls. 42/44).

Em virtude do descumprimento das medidas cautelares que lhe haviam sido impostas, a d. autoridade impetrada decretou sua prisão preventiva (fls. 45).

Contexto que não permite, neste primeiro momento, a desconstituição da prisão cautelar.

No entanto, uma cognição sumária, compatível com o momento processual, revela que guarda plausibilidade jurídica a tese da substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, nos termos da regra prevista no artigo 318, inciso III, do Código de Processo Penal, e da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC nº 165.704.

Com efeito, importa considerar que, a um primeiro exame:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

a) o paciente é responsável pelos cuidados de seu genitor, que realiza tratamento radioterápico em razão de lesão expansiva na coluna torácica, razão pela qual necessita, inclusive, de auxílio para andar, utilizando-se de cadeira de rodas (fls. 64/73);

b) o paciente é primário e portador de bons antecedentes (fls. 146/147 da origem);

c) a quantidade das drogas pelas quais o paciente está sendo processado não é das mais elevadas (48,4 gramas de maconha e 9,1 gramas de cocaína).

Por sua vez, tratando-se de réu preso, inegável o risco de que a demora na edição da prestação jurisdicional acarrete dano de difícil reparação.

Ante o exposto, defiro em parte o pedido de liminar, para conceder ao paciente a prisão domiciliar.

Expeça-se o necessário para implementação da decisão (inclusive alvará de soltura se preciso).

(...)"

4. Pois bem, examinada de forma mais detida a questão, mantenho a orientação esposada na decisão que apreciou o pedido de liminar.

De fato, as circunstâncias do caso apontam não ser o caso de desconstituição da prisão cautelar, haja vista que o paciente descumpriu medida cautelar imposta anteriormente, praticando conduta a indicar que existe necessidade de alguma restrição à sua liberdade.

No entanto, tal como anotado na decisão anterior, afigura-se possível a concessão da prisão domiciliar, com base na regra prevista no artigo 318, inciso III, do Código de Processo Penal, e da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC nº 165.704.

Neste passo, importa considerar que:

a) o paciente é responsável pelos cuidados de seu genitor, que realiza tratamento radioterápico em razão de lesão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

expansiva na coluna torácica, razão pela qual necessita, inclusive, de auxílio para andar, utilizando-se de cadeira de rodas (fls. 64/73);

b) o paciente é primário e portador de bons antecedentes (fls. 146/147 da origem);

c) a quantidade das drogas pelas quais o paciente está sendo processado não é das mais elevadas (48,4 gramas de maconha e 9,1 gramas de cocaína).

Enfim, sopesando os interesses de jogo, a melhor solução é a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.

5. Ante o exposto, concedo a ordem, deferindo ao paciente a prisão domiciliar, restando ratificada a liminar.

Comunique-se.

LAERTE MARRONE

Relator